

26 reunião do dia 03.04.2017; **3** - Processo nº **04.494/2017**. Interessada: Rosangela
27 Capuano Tardivo. Assunto: Ciência do Relatório de Atividades desenvolvidas durante a
28 licença sabática, no período de 20 de agosto de 2016 a 31 de janeiro de 2017. Relatora:
29 Conselheira Fabiana Postiglione Mansani; **4** - Processo nº **00502/2015**. Interessada:
30 Seção de Apoio a Projetos - SEACON/PROAD. Assunto: Homologação da assinatura do
31 Termo de Doação nº 04/2017 - UGF/SETI celebrado entre a Secretaria de Estado da
32 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Universidade Estadual de Ponta Grossa,
33 visando a transferência a título gratuito de bens, em conformidade com certificado de
34 instalação de equipamentos do Termo de Cooperação Técnico - Financeira nº 104/2014.
35 Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **5** - Processo nº **00504/2015**. Interessada:
36 Seção de Apoio a Projetos - SEACON/PROAD. Assunto: Homologação da assinatura do
37 Termo de Doação nº 03/2017 - UGF/SETI celebrado entre a Secretaria de Estado da
38 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Universidade Estadual de Ponta Grossa,
39 visando a transferência a título gratuito de bens, em conformidade com certificado de
40 instalação de equipamentos do Termo de Cooperação Técnico - Financeira nº 101/2014.
41 Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **6** - Processo nº **00505/2015**. Interessada:
42 Seção de Apoio a Projetos - SEACON/PROAD. Assunto: Homologação da assinatura do
43 Termo de Doação nº 02/2017 - UGF/SETI celebrado entre a Secretaria de Estado da
44 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Universidade Estadual de Ponta Grossa,
45 visando a transferência a título gratuito de bens, em conformidade com certificado de
46 instalação de equipamentos do Termo de Cooperação Técnico - Financeira nº 100/2014.
47 Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **7** - Processo nº **00506/2015**. Interessada:
48 Seção de Apoio a Projetos - SEACON/PROAD. Assunto: Homologação da assinatura do
49 Termo de Doação nº 01/2017 - UGF/SETI celebrado entre a Secretaria de Estado da
50 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Universidade Estadual de Ponta Grossa,

51 visando a transferência a título gratuito de bens, em conformidade com certificado de
52 instalação de equipamentos do Termo de Cooperação Técnico- Financeira nº 99/2014.
53 Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **8** - Processo nº **06.427/2017**. Interessada:
54 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. Assunto:
55 Homologação da assinatura do Termo de Cooperação Técnico-Financeira nº 58/17
56 celebrado entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a
57 Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando apoio financeiro para desenvolvimento
58 do Programa de Extensão Universidade sem Fronteiras, o projeto “Internacionalização,
59 cidadania e direitos humanos: do intercâmbio às imigrações internacionais
60 contemporâneas”; sob a coordenação da professora Luiza Bittencourt Krainski. Relatora:
61 Conselheira Marilisa do Rocio Oliveira; **9** - Processo nº **06.434/2017**. Interessada:
62 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. Assunto:
63 Homologação da assinatura do Termo de Cooperação Técnico-Financeira nº 59/17
64 celebrado entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a
65 Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando apoio financeiro para desenvolvimento
66 do Programa de Extensão Universidade sem Fronteiras, o projeto “Vivenciando a
67 economia solidária: apoio aos empreendimentos econômicos solidários em Ponta Grossa
68 e região”; sob a coordenação da professora Reidy Rolim de Moura. Relatora: Conselheira
69 Marilisa do Rocio Oliveira; **10** - Processo nº **06.437/2017**. Interessada: Secretaria de
70 Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. Assunto: Homologação da
71 assinatura do Termo de Cooperação Técnico-Financeira nº 60/17 celebrado entre a
72 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Universidade Estadual
73 de Ponta Grossa, visando apoio financeiro para desenvolvimento do Programa de
74 Extensão Universidade sem Fronteiras, o projeto “Assessoria para a implantação do
75 protocolo de atendimento às vítimas de violência intrafamiliar no Hospital Universitário

76 Regional dos Campos Gerais”; sob a coordenação da professora Liza Holzmann.
77 Relatora: Conselheira Marilisa do Rocio Oliveira; **11** - Processo nº **06.439/2017**.
78 Interessada: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.
79 Assunto: Homologação da assinatura do Termo de Cooperação Técnico-Financeira nº
80 61/17 celebrado entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a
81 Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando apoio financeiro para desenvolvimento
82 do Programa de Extensão Universidade sem Fronteiras, o projeto “Agroindústria de
83 milho crioulo de base familiar”; sob a coordenação do professor Luiz Claudio Garcia.
84 Relatora: Conselheira Marilisa do Rocio Oliveira; **12** - Processo nº **06.440/2017**.
85 Interessada: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.
86 Assunto: Homologação da assinatura do Termo de Cooperação Técnico-Financeira nº
87 62/17 celebrado entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e
88 a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando apoio financeiro para
89 desenvolvimento do Programa de Extensão Universidade sem Fronteiras, o projeto
90 “Mídia e Juventude: contribuições para a leitura crítica de mundo”; sob a coordenação
91 da professora Márcia Barbosa da Silva. Relatora: Conselheira Marilisa do Rocio Oliveira;
92 **13** - Processo nº **06.441/2017**. Interessada: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia
93 e Ensino Superior - SETI. Assunto: Homologação da assinatura do Termo de Cooperação
94 Técnico-Financeira nº 63/17 celebrado entre a Secretaria de Estado da Ciência,
95 Tecnologia e Ensino Superior e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando apoio
96 financeiro para desenvolvimento do Programa de Extensão Universidade sem Fronteiras,
97 o projeto “Desenvolvimento rural sustentável começa pela água”; sob a coordenação do
98 professor Carlos Hugo Rocha Relatora: Conselheira Marilisa do Rocio Oliveira; **14** -
99 Processo nº **06.443/2017**. Interessada: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e
100 Ensino Superior - SETI. Assunto: Homologação da assinatura do Termo de Cooperação

101 Técnico-Financeira nº 64/17 celebrado entre a Secretaria de Estado da Ciência,
102 Tecnologia e Ensino Superior e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando apoio
103 financeiro para desenvolvimento do Programa de Extensão Universidade sem Fronteiras,
104 o projeto “Educação em saúde como ferramenta de prevenção e empoderamento de
105 uma comunidade quilombola”; sob a coordenação da professora Cristina Berger Fadel.
106 Relatora: Conselheira Marilisa do Rocio Oliveira; **15** - Processo nº **06.444/2017**.
107 Interessada: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.
108 Assunto: Homologação da assinatura do Termo de Cooperação Técnico-Financeira nº
109 65/17 celebrado entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e
110 a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando apoio financeiro para
111 desenvolvimento do Programa de Extensão Universidade sem Fronteiras, o projeto
112 “Sociabilidades negras nos Campos Gerais: histórias, trajetórias e memórias”; sob a
113 coordenação da professora Ligia Paula Couto. Relatora: Conselheira Marilisa do Rocio
114 Oliveira; **16** - Processo nº **06.446/2017**. Interessada: Secretaria de Estado da Ciência,
115 Tecnologia e Ensino Superior - SETI. Assunto: Homologação da assinatura do Termo de
116 Cooperação Técnico-Financeira nº 66/17 celebrado entre a Secretaria de Estado da
117 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Universidade Estadual de Ponta Grossa,
118 visando apoio financeiro para desenvolvimento do Programa de Extensão Universidade
119 sem Fronteiras, o projeto “Zoologia itinerante como ferramenta no ensino/aprendizagem:
120 interação entre escola, comunidade e universidade”; sob a coordenação da professora
121 Suzete Wambier Christo. Relatora: Conselheira Marilisa do Rocio Oliveira; **17** - Processo
122 nº **06.447/2017**. Interessada: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino
123 Superior - SETI. Assunto: Homologação da assinatura do Termo de Cooperação Técnico-
124 Financeira nº 67/17 celebrado entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e
125 Ensino Superior e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando apoio financeiro

126 para desenvolvimento do Programa de Extensão Universidade sem Fronteiras, o projeto
127 “Comércio-justo: circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos da
128 agricultura familiar”; sob a coordenação do professor Pedro Henrique Weirich Neto.
129 Relatora: Conselheira Marilisa do Rocio Oliveira; **18** - Processo nº **06.449/2017**.
130 Interessada: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.
131 Assunto: Homologação da assinatura do Termo de Cooperação Técnico-Financeira nº
132 68/17 celebrado entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e
133 a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando apoio financeiro para
134 desenvolvimento do Programa de Extensão Universidade sem Fronteiras, o projeto “Selo
135 Socioambiental - Produtos da Agrofloresta Faxinalense: capacitação sociotécnica e
136 empoderamento jurídico para a inclusão social e geração de renda em comunidades
137 rurais faxinalenses do Paraná”; sob a coordenação do professor Nicolas Floriani. Relatora:
138 Conselheira Marilisa do Rocio Oliveira; **19** - Processo nº **20.304/2014**. Interessada:
139 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. Assunto: I -
140 Homologação da assinatura do Termo de Ratificação ao Convênio celebrado em 14 de
141 dezembro de 2009 com vigência até 14 de dezembro de 2014 entre as Instituições
142 Públicas de Ensino Superior do Paraná, visando ao Programa Paranaense de
143 Mobilidade Discente; II - Homologação da assinatura do Termo de Cooperação Técnica
144 nº 030/16 celebrado entre as Instituições Públicas de Ensino Superior do Paraná, visando
145 ao Programa Paranaense de Mobilidade Discente; sob a coordenação do Diretor da
146 Diretoria Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação. Relator: Conselheiro Miguel
147 Archanjo de Freitas Junior; **20** - Processo nº **07.480/2016**. Interessada: Coordenadoria
148 de Desportos e Recreação - CDR. Assunto: Aprovação da assinatura do Convênio nº
149 08/2016 celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Fundação de
150 Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade

151 Estadual de Ponta Grossa, visando a implementação de ações conjuntas com vistas ao
152 desenvolvimento das atividades do Plano Integrado de Atendimento a Comunidade
153 Universitária e Comunidade em Geral entre FAUEPG e CDR; sob a coordenação do
154 Administrador da CDR. Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **21** - Processo nº
155 **07.705/2017**. Interessado: Eder Carlos Souza Ferreira. Assunto: Aprovação da
156 assinatura do Acordo de Cooperação Técnico-Científica a ser celebrado entre a Petróleo
157 Brasileira S/A e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando o desenvolvimento de
158 produtos subprodutos de xisto para fins comerciais e/ou pesquisa em que o resultado
159 poderá ser objeto de patente; sob a coordenação do professor Eder Carlos Souza
160 Ferreira. Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **22** - Processo nº **07.509/2017**.
161 Interessado: Núcleo de Tecnologia de Informação - NTI. Assunto: Doação de bens
162 eletrônicos da empresa Damovo do Brasil S/A. Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres;
163 **23** - Processo nº **08.484/2017**. Interessada: Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD.
164 Assunto: Calendário oficial das cerimônias de colação de grau dos concluintes dos cursos
165 de graduação, relativos ao 1º semestre do ano letivo de 2017, da UEPG. Relator:
166 Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior; **24** - Processo nº **07.921/2017**.
167 Interessada: Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD. Assunto: Inclusão de quadro
168 evento nos anexos dos Calendários Universitários dos Cursos de Educação a Distância,
169 referente à Monitoria. Relator: Conselheiro Amaury dos Martyres; **25** - Processo nº
170 **09.871/2016**. Interessada: Marcia Regina Carletto. Assunto: Inclusão no Programa de
171 Pesquisador Sênior junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Ciências
172 Farmacêuticas, associação ampla entre a UNICENTRO e a UEPG. Relatora: Conselheira
173 Osnara Maria Mongruel Gomes; **26** - Processo nº **19.610/2016**. Interessado:
174 Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas. Assunto: Aprovação da assinatura de

175 Convênio a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e o Asilo São
176 Vicente de Paulo (Ponta Grossa), visando a prestação de serviços de atendimento
177 gratuitos; sob a coordenação da professora Margarete Aparecida Salina Maciel.
178 Relatora: Conselheira Fabiana Postiglione Mansani; **27** - Processo nº **04.649/2017**.
179 Interessado: Marcos Calçada. Assunto: Relatório Final das atividades de Estágio de Pós-
180 Doutorado realizado no período de agosto de 2015 a fevereiro de 2017. Relator:
181 Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha; **28** - Processo nº **05.977/2017**.
182 Interessado: Fabiano Manoel de Andrade. Assunto: Relatório Final das atividades de
183 Estágio de Pós-Doutorado realizado no período de fevereiro de 2015 a julho de 2016.
184 Relator: Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha; **29** - Processo nº **15.966/2016**.
185 Interessado: Wilson Massamitu Furuya. Assunto: Aprovação da assinatura do Convênio
186 nº 09/2016 a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta e a Fundação de
187 Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade
188 Estadual de Ponta Grossa, visando a implementação de ações conjuntas com vistas ao
189 desenvolvimento de atividades de prestação de serviços do Laboratório de Aquicultura
190 do Setor de Ciências Agrárias e de Tecnologia; sob a coordenação do professor Wilson
191 Massamitu Furuya. Relatora: Conselheira Maria Salete Marcon Gomes Vaz; **30** -
192 Processo nº **06.261/2017**. Interessado: Departamento de Engenharia Civil. Assunto:
193 Aprovação da parte administrativo-financeira do projeto do Curso de Especialização
194 em Engenharia e Gestão Ambiental do Programa de Residência Técnica, modalidade a
195 distância; sob a coordenação do professor Marcos Rogério Széliga. Relatora: Conselheira
196 Maria Salete Marcon Gomes Vaz; **31** - Processo nº **08.471/2017**. Interessada: Biblioteca
197 Central “Professor Faris Michaele” - BICEN. Assunto: Relatório Anual das Atividades da
198 Biblioteca Central “Professor Faris Michaele”, referente ao ano de 2016. Relatora:
199 Conselheira Maria Lúcia Cazarin Beserra Madruga; **32** - Processo nº **06.860/2017**.

200 Interessada: Manuela Salau Brasil. Assunto: Afastamento das respectivas atividades para
201 realizar viagem ao exterior, a fim de participar do “18th International Conference of the
202 Utopian Studies Society / Europe”, na Universidade de Gdansk - Polônia, no período de
203 05 a 08 de julho de 2017. Relatora: Conselheira Marilisa do Rocio Oliveira; **33** - Processo
204 nº **00100/2017**. Interessado: Giovani Marino Favero. Assunto: Prorrogação do
205 afastamento integral das respectivas atividades a fim de concluir o Estágio de Pós-
206 Doutorado na Universidade de São Paulo, no período de 29 de março a 30 de junho de
207 2017. Relator: Conselheira Fabiana Postiglione Mansani; **34** - Processo nº **02.607/2017**.
208 Interessada: Ana Luiza Ruschel Nunes Assunto: Prorrogação do afastamento integral das
209 respectivas atividades a fim de concluir o Estágio de Pós-Doutorado na Universidade do
210 Estado de Santa Catarina, no período de 1º de maio a 30 de agosto de 2017. Relator:
211 Conselheiro Luis Fernando Cerri; **35** - Processo nº **18.871/2016**. Interessada: Elaine
212 Regina Lopes Tiburtius. Assunto: Afastamento das respectivas atividades para cursar
213 Estágio de Pós-Doutorado, junto ao Departamento de Química e Física da Universidad
214 de Almeria, Espanha, no período de 1º de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2018.
215 Relator: Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha; **36** - Processo nº **05.916/2017**.
216 Interessado: José Fabiano Costa Justus. Assunto: Inclusão no regime de Tempo Integral e
217 Dedicção Exclusiva - TIDE, por desenvolvimento de projeto de extensão. Relatora:
218 Conselheira Fabiana Postiglione Mansani. A Presidência da mesa cumprimentou a todos
219 os presentes, e depois de constatada a existência de quórum regimental, iniciou a
220 reunião previamente agendada para esta data, solicitando à Secretária dos Conselhos
221 Superiores os procedimentos de leitura do Termo de Posse e Exercício dos Representantes
222 do Corpo Técnico Universitário junto ao Conselho de Administração - CA e ao Conselho
223 Universitário - COU da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, os servidores
224 Marcos Vinicius Fidelis e Jeverson Machado do Nascimento, designados pela Portaria R.

225 nº 247, de 03 de maio de 2017. Após a leitura e as assinaturas do Termo de Posse e
226 Exercício, o Senhor Presidente agradeceu, desejou boa gestão e foi deixada palavra livre
227 aos empossados. Primeiramente o servidor Marcos Vinicius Fidelis agradeceu a
228 oportunidade de continuação do mandato de representante dos técnicos universitários,
229 justificando como sinal de bom trabalho; afirmou a continuidade da luta pelos interesses
230 e defesa daquilo que seria correto na Universidade com transparência; disse que
231 continuaria assíduo para participar com novidades, como aconteceria hoje em dia com
232 a maior participação dos agentes universitários nas pautas com a publicização
233 juntamente aos debates promovidos, visando o engrandecimento trazido pela
234 comunidade. Seguidamente, o servidor Jeverson Machado do Nascimento endossou as
235 palavras proferidas pelo titular, colocando-se a disposição e ressaltando que o trabalho
236 continuaria em defesa dos agentes universitários e por uma Instituição cada vez mais
237 transparente, de qualidade e pública. A Presidência deu prosseguimento à reunião
238 colocando em discussão a Ata CA sob número 4/2017 referente reunião realizada no dia
239 três de abril de dois mil e dezessete, quando o Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis solicitou
240 que a aprovação se desse na próxima plenária, justificando o desacordo de redação
241 para uma defesa da terceirização dos restaurantes universitários que não procederia. O
242 Senhor Presidente explicou que as atas seriam confeccionadas de acordo com a
243 gravação, no entanto qualquer Conselheiro poderia solicitar retificação durante a
244 reunião na qual a ata estaria em pauta, desta forma transferindo a discussão e análise
245 de texto alternativo ao final da pauta; requereu a inclusão na pauta de apresentação
246 da Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos - PROAD relativo à execução orçamentária
247 do ano de dois mil e dezesseis e o planejamento de gastos para o exercício atual,
248 cedendo a palavra ao Pró-Reitor da PROAD. O Conselheiro Amaury dos Martyres
249 instruiu que a apresentação seria a mesma do Fórum 'UEPG + Prestação de Contas 2016

250 e Previsão Orçamentária 2017', ocorrido no último dia vinte e dois para a Comunidade
251 Universitária; solicitou assessoramento da agente universitária Cláudia Andréia Moreira
252 Wonsowicz, Coordenadora da Coordenadoria de Orçamento e Programação - COP
253 para explanação a respeito do orçamento do ano passado e para projeção do ano
254 corrente. A servidora supra nominada explicou através de planilhas o orçamento
255 autorizado e o realizado na UEPG e no Hospital Universitário Regional dos Campos
256 Gerais "Wallace Thadeu de Mello e Silva" - HURCG, através de recursos do Tesouro,
257 Próprios e de Convênios, enfatizando que houve noventa e cinco inteiros e noventa e
258 dois centésimos por cento (95,92%) e noventa e sete inteiros e cinquenta e um
259 centésimos por cento (97,51%), respectivamente do orçamento realizado; citou que
260 algumas realizações ocorreriam entre os meses de janeiro e fevereiro quando o sistema
261 orçamentário estaria fechado, justificando assim o não cumprimento total no exercício
262 corrente e nova abertura ocorreria após aprovação do balanço patrimonial. Na
263 continuidade, a agente universitária Jeanne Regina Morais, Diretora da Diretoria
264 Financeira - DIFI apresentou o quadro de receitas com a origem dos recursos e
265 respectivos montantes, observando que na fonte de recurso do Tesouro, a UEPG faria
266 toda a parte técnica e o Estado executaria o débito da conta; explanou sobre a próxima
267 tabela de Despesas com custeio, onde concentraria a manutenção da Instituição, com a
268 programação de despesa em cada rubrica; apresentou controle específico de obras e
269 equipamentos que foram pagos no ano de dois mil e dezesseis; exibiu uma projeção das
270 despesas para o ano corrente, enfatizando que para todos os itens haveria relatório
271 específico e havendo interesse poderiam ser pormenorizados; registrou que o Estado
272 estaria liberando os recursos dentro do limite, não havendo atrasos, facilitando o
273 estabelecimento da despesa e conseqüente fonte; detalhou a tabela Receitas x Despesas,
274 explanando que a diferença de *superávit* se deu porque havia programado o

275 lançamento de recursos para atendimento do Sistema Único de Saúde - SUS, com
276 entrada na fonte de recursos próprios; na última tabela da prestação de contas do ano
277 passado, especificou que a Movimentação de Crédito Orçamentário - MCO se daria
278 através das Secretarias de Estado, cada qual com seu orçamento por meio de um termo
279 ou contrato específico com plano de aplicação. Após breves manifestações e explanações
280 acerca de valores e nomenclaturas, passou-se para apresentação da previsão do ano de
281 dois mil e dezessete e do planejamento de gastos no exercício, onde o Pró-Reitor da
282 PROAD Conselheiro Amaury dos Martyres elucidou como seria a programação e o
283 acompanhamento de cada item, observando que em algumas contas haveria um
284 fôlego financeiro, no entanto outras subestimadas, como precatórios envolveram mais
285 recursos do que o previsto; informou que todas as informações estariam no quadro geral
286 da transparência do Estado e que as planilhas apresentadas seriam disponibilizadas na
287 página da PROAD para consultas. Na sequência, o agente universitário Acir José Alves,
288 lotado na DIFI como contador se manifestou para tranquilizar que os dados
289 apresentados teriam sido auditados e aprovados pelo Tribunal de Contas do Estado do
290 Paraná - TCE-PR, bem como pelo Controle Interno da UEPG; prosseguiu acrescentando
291 que as prestações de contas anteriores estariam disponibilizadas no Portal da
292 Transparência e que todas as informações seriam publicadas quadrimestralmente por
293 força de lei. A Presidência agradeceu a equipe da PROAD e abriu a palavra para
294 dúvidas dos Conselheiros, quando o Conselheiro Antonio José Camargo se manifestou
295 para comentar sobre o entendimento de que os recursos da folha de pagamento seriam
296 expressos de forma líquida - valor que os servidores receberiam - no entanto, a UEPG
297 teria condições de saber se o Governo realmente recolheu a parte previdenciária. O
298 Conselheiro Amaury dos Martyres citou que seria uma preocupação, mas que a
299 Instituição faria a parte principal da folha e que o Estado teria que comprovar a

300 liquidação, pois ao não liquidar entraria como inadimplente sem poder participar de
301 convênio federal, empréstimo do exterior entre outros, não havendo preocupação por
302 causa da auditoria do TCE-PR a cada dois (2) meses, dentro da UEPG e do Controle
303 Interno, representado pelo professor Joani Alves Ferreira que confere todos os valores;
304 finalizando a apresentação da PROAD, agradeceu sua equipe representada pelos
305 Diretores. Seguidamente, o Senhor Presidente procedeu ao chamamento dos Processos
306 inseridos na pauta respectiva para ciência deste Conselho, que sem manifestação,
307 recebeu aprovação unânime. Seguiu a chamada dos Processos inseridos na pauta
308 respectiva para homologação para pronunciamento de destaque, que sem
309 manifestações, foram homologados por unanimidade. Na continuidade, a Presidência
310 passou ao chamamento dos processos para aprovação para destaque, não havendo
311 óbice quanto aos itens 20 a 31, colocados para votação receberam aprovação unânime
312 dos presentes. Ato contínuo, seguiu a chamada dos Processos inseridos na pauta
313 respectiva de afastamento, para pronunciamentos de destaque; havendo menção, aos
314 itens 33 pelo Conselheiro Ariangelo Hauer Dias, 34 pelo Conselheiro Ariangelo Hauer
315 Dias e relator, e 35 pelo Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior. Colocou-se o item
316 32 em processo de votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Dado início a
317 discussão dos processos destacados, PROCESSO Nº 00100/2017 de prorrogação do
318 afastamento integral do professor Giovani Marino Favero, no período de vinte e nove de
319 março a trinta de junho do corrente e PROCESSO Nº 02.607/2017 de prorrogação do
320 afastamento integral da professora Ana Luiza Ruschel Nunes, no período de primeiro de
321 maio a trinta de agosto do corrente, o Conselheiro Ariangelo Hauer Dias em menção a
322 ambos, destacou que em reunião anterior os processos de afastamento foram aprovados
323 com data da reunião, desta forma o procedimento deveria ser o mesmo para esta
324 reunião; solicitou esclarecimentos da situação dos docentes requerentes com a demora

325 em sua aprovação. Passou-se a palavra a Conselheira Fabiana Postiglione Mansani,
326 relatora do item 33, que expôs que o protocolado teria ocorrido em tempo hábil,
327 havendo demora nos programas de pós-graduação; afirmou que ao docente não houve
328 distribuição de carga horária, pelo entendimento de que a prorrogação seria até o mês
329 de julho. Em discussão, o Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior comentou que
330 haveria erro de tramitação, visto que o requerente protocolou dentro do prazo, neste
331 caso expondo que houve pendências na digitação de notas, considerando que o
332 professor já estava afastado; ponderou que de alguma forma o procedimento deveria
333 ser padronizado, tendo em vista que haveria legislação permitindo o afastamento
334 quando não houvesse pendências e após aprovação do CA; enfatizou que a regra não
335 estaria sendo cumprida em alguns casos e que nada aconteceu. A Conselheira relatora
336 complementou que a pendência junto a Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD seria
337 do ano de dois mil e quinze, sugerindo que houvesse avaliações periódicas, visto que na
338 liberação do docente não houve indicação desta pendência. O Conselheiro Miguel
339 Archanjo de Freitas Júnior reforçou que o procedimento de verificação junto a
340 PROGRAD iniciou a partir de nova discussão deste Conselho; indicou que na emissão de
341 parecer, a tramitação ocorreria de forma ágil. A Conselheira Maria Salete Marcon
342 Gomes Vaz comentou que seria interessante que no relatório emitido sobre a situação
343 do docente em atividades de pesquisa, extensão e integradas, também incluísse as
344 atividades de ensino. A Conselheira Fabiana Postiglione Mansani acautelou sobre a
345 necessidade de novo procedimento para o caso de aparecer pendência quando o
346 afastamento estiver efetivado. O Conselheiro Luis Fernando Cerri sugeriu alterar a
347 resolução, de modo a diminuir as instâncias, pois ao protocolar o docente já poderia ter
348 o extrato de pendências e o aval do programa de pós-graduação para sua liberação;
349 aproveitou a oportunidade para explicar sobre o processo de sua relatoria, observando

350 que permaneceu por um mês no departamento no aguardo de reunião ordinária e
351 mais uns dez dias no Setor para o mesmo fim; desta forma com novos procedimentos a
352 serem adotados, indicou que seria conveniente orientar os chefes de departamento para
353 agilização de tramitação com reuniões extraordinárias, para que os sessenta dias prévios
354 sejam suficientes. O Conselheiro Ariangelo Hauer Dias comentou que ao estabelecer
355 prazo mínimo para tais encaminhamentos seria burocratizar, evidenciando o benefício
356 ao docente que saberia a data de afastamento, ainda assim haveria trâmites, citando o
357 item 35 da pauta com aprovação para o mês de dezembro; insistiu no caso concreto
358 que o docente com pendência de nota teria que cumprir a legislação que estabelece
359 para os professores que não lançaram nota dentro do prazo, deveriam encaminhar
360 solicitação para a PROGRAD, a fim de nova abertura do sistema acadêmico e que a
361 pró-reitoria averiguasse o ocorrido através de procedimento administrativo disciplinar;
362 mencionou que se o docente estaria afastado, não havendo falha nas instâncias
363 administrativas e com pendência no lançamento de notas, a matéria não deveria ser
364 tratada de forma simplista, visto que não seria o caso de estender o afastamento, por
365 estar consumado e sim, que o docente incorreu em falha de procedimento interno da
366 UEPG e uma medida cabível deveria ser tomada. O Conselheiro Antonio José Camargo
367 compartilhou que a averiguação deveria ser eletrônica no que diz respeito às pró-
368 reitorias acadêmicas. A Conselheira Fabiana Postiglione Mansani informou que revendo
369 o processo também houve pendência de pesquisa continuada; observou que mesmo
370 inadimplente o docente não retornou as atividades e continuou recebendo bolsa para
371 desenvolver as atividades do pós-doutorado; sintetizou que o Conselho deveria analisar
372 como ficaria a situação do docente. O Conselheiro Ariangelo Hauer Dias esclareceu que
373 sua proposta seria do cumprimento da Resolução CEPE nº 043/2012 que disciplina o
374 preenchimento e demais expedientes correspondentes aos Diários de Classe da UEPG,

375 tendo em vista que até o momento o docente encontra-se em situação ilegal, do mesmo
376 modo para outros casos com pendências, dispor o mesmo tratamento; procedeu leitura
377 do Art. 9º que para “o não cumprimento pelo docente ao disposto no Artigo 6º ensejará
378 a competente e imediata abertura de processo administrativo disciplinar, nos termos da
379 Portaria R. nº 452, de 1º de dezembro de 2011, cabendo à chefia departamental [...]
380 informar a Reitoria”. A Conselheira Osnara Maria Mongruel Gomes comentou a
381 tramitação interna da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP; a
382 respeito da pendência da pesquisa continuada, elucidou que provavelmente encerrou-
383 se no andamento do afastamento do professor e desta maneira, dificultaria o controle.
384 O Conselheiro Robson Laverdi considerando que as pendências surgiram durante o
385 afastamento, interpretou que geraria direitos ao docente. A Conselheira Maria Salete
386 Marcon Gomes Vaz expôs que os servidores estariam sujeitos a legislação interna, no
387 entanto não caberia punição ao docente afastado, visto que outras instâncias também
388 estariam descumprindo algumas regras e que por definição, a partir de agora, os Setores
389 comunicassem as chefias para o correto seguimento dos trâmites em tempo razoável.
390 Na continuidade, o Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis considerou complicado a criação
391 de um processo administrativo contra um fato pretérito, como o lançamento de notas,
392 prejudicando o professor; narrou o acompanhamento da implementação da viabilidade
393 de lançamento das notas no sistema, *a posteriori*, no descumprimento do prazo; seguiu a
394 mesma interpretação de que se ao punir o requerente, haveria tantos outros na mesma
395 situação elencados no sistema. A Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá
396 Quimelli historiando a tramitação, evidenciou que para o processo em questão a
397 pendência seria de pesquisa continuada, atrasando a continuidade da prorrogação, em
398 virtude de o professor precisar se organizar para sanar a pendência; resumiu que o
399 docente deveria ter retornado as atividades durante este período; chamou a atenção

400 dos diretores de setor para que orientem as chefias quanto aos prazos e a necessidade
401 de reuniões extraordinárias, tendo em vista outras instâncias por onde os processos
402 precisem tramitar, para que os requerentes não percam os prazos. Na sequência o
403 Conselheiro Ulisses Coelho se manifestou favorável ao docente, considerando que o
404 protocolado teria tempo hábil e que a pendência ocorreu durante a tramitação, ainda
405 assim, o docente teria seus direitos, visto que os relatórios do curso de pós-doutorado
406 estariam corretos. A palavra foi cedida ao Chefe da Procuradoria Jurídica - PROJUR
407 professor João Irineu de Resende Miranda que em análise, expôs que o ato
408 administrativo teria alguns requisitos e inquiriu para reflexão se na data de hoje o
409 interessado ainda teria alguma pendência para a deliberação da matéria. O
410 Conselheiro Robson Laverdi, na mesma perspectiva do Conselheiro Ulisses Coelho,
411 enfatizou que o docente apresentou a solicitação, respaldado pela legislação interna,
412 nos procedimentos necessários, sido assegurado dos seus direitos pelo cumprimento dos
413 prazos e dos relatórios não incorrendo em dolo por parte do docente passível de objeto
414 de punição. O Conselheiro Luis Fernando Cerri informou que a professora Ana Luiza
415 Ruschel Nunes havia solicitado a prorrogação a partir de primeiro de maio, no entanto
416 retornou para Ponta Grossa e esteve à disposição do departamento durante o mês de
417 maio do corrente, questionando se a data seria estendida para o final de setembro ou
418 permaneceria como no processo. A Presidência refletiu que a professora poderia solicitar
419 novo prazo em reunião próxima, uma vez que tal informação não constaria do processo.
420 Suficientemente esclarecidos, os processos postos em votação, por coerência com a
421 reunião anterior, foram aprovados por unanimidade, contando-se a partir desta data a
422 prorrogação dos afastamentos. Na continuidade, assumiu a palavra o Conselheiro
423 Miguel Archanjo de Freitas Júnior para manifestação acerca do PROCESSO Nº
424 18.871/2016 protocolado pela professora Elaine Regina Lopes Tiburtius que solicitou

425 afastamento das respectivas atividades para cursar estágio de pós-doutorado na
426 Espanha, no período de primeiro de dezembro do corrente a trinta de novembro de dois
427 mil e dezoito; aludiu que a UEPG teria problemas quanto ao controle dos
428 encaminhamentos das licenças, refletindo na tomada efetiva de uma definição a
429 respeito da matéria em tela; notou que a inadimplência surgiria posteriormente e seria
430 detectada caso o processo retornasse a este CA, desta forma sugerindo que houvesse a
431 possibilidade de suspender a liberação no caso de a docente não cumprir com suas
432 atividades com a inclusão do relatório no momento da saída. Solicitou aparte o
433 Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg retratando o assunto de maneira a questionar
434 se seria possível condicionar um afastamento, tendo em vista as prováveis
435 inadimplências da requerente no final do ano, isto é, condicionaria a liberação
436 concedida à entrega das notas; citou que a Instituição necessitaria de uma política mais
437 clara quanto às consequências do não cumprimento dos deveres, no entanto,
438 mencionando quem seria o responsável por este controle e a competência de informar
439 os envolvidos, requerendo mecanismos que minimizassem este tipo de problema. O
440 Conselheiro Antonio José Camargo relatou que o processo havia sido deliberado no
441 departamento, inicialmente pelo afastamento no ano passado, todavia, a docente não
442 pode sair e solicitou nova análise departamental para afastamento em dezembro;
443 vislumbrou que muito provavelmente no final do ano a docente não tenha lançado as
444 notas, mas com a liberação nesta reunião, o Conselho estaria legislando e prevendo algo
445 que poderia acontecer no futuro, sem saber realmente e revolucionando a arte de punir.
446 A Conselheira Fabiana Postiglione Mansani sugeriu que na renovação da liberação para
447 cursar o estágio de pós-doutorado que se possa atender e controlar através dos
448 relatórios quanto à inadimplência, pois condicionando um procedimento que ainda vai
449 acontecer seria difícil. Matéria esclarecida, posta em votação, recebeu aprovação

450 unânime dos presentes. Na continuidade, o Senhor Presidente passou ao chamamento
451 do processo de TIDE para destaque, item 36; não havendo menção, colocado em
452 votação, recebeu aprovação unânime. A Presidência, retornando a solicitação de
453 retificação da ata, inquiriu ao Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis a partir de qual linha e
454 que texto ficaria registrado na Ata CA sob o número 04/2017. O Conselheiro
455 supranominado justificou que a reunião teria sido intensa e pela sua inexperiência na
456 questão de como encaminhar a revisão, entendendo que deveria ser submetido à
457 Secretaria Geral dos Conselhos Superiores - SEGECON e evidenciando que a respeito de
458 outros assuntos quando haveria alguma tratativa a ser executada, se retiraria de pauta
459 e submeteria em reunião próxima. A Presidência explanou que uma ata espelharia o
460 que aconteceu no dia e havendo algum erro poderia ser reformulada, todavia o
461 inusitado seria retirar uma ata de pauta, desta forma se dirigindo ao Conselheiro, em
462 não havendo concordância com alguma frase ou algo escrito que não condiga com
463 aquilo que foi dito, teria o direito de fazer a reformulação para a ata ser reescrita.
464 Novamente, o Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis justificando a inexperiência de como
465 proceder ao encaminhamento não conseguiu concluir e ainda sugeriu discutir junto a
466 SEGECON para posterior submissão ao Conselho. O Conselheiro Emerson Martins
467 Hilgemberg colaborou com colocações em caso de equívoco e de deliberação de
468 emenda em reformulação a ata, ou seja, propõe-se um novo texto de emenda que seria
469 submetido a deliberação, sem retirada de pauta e sem complicação. O Conselheiro
470 Marcos Vinicius Fidelis mencionou que havendo uma dificuldade na interpretação do
471 que estaria escrito, seria natural uma correção; reafirmou que não teve condição de
472 fazer novo texto, imaginando que não seria objeto para se fazer açodadamente
473 durante a reunião; refletiu que havendo outra oportunidade o encaminhamento se
474 daria de outra maneira. O Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior considerou que

475 o documento estando disponível no prazo estabelecido, não necessariamente a revisão
476 precisaria ser feita na reunião. Se manifestou o Conselheiro Vicente Paulo Hajaki Ribas
477 na tentativa de encaminhamento para desvencilhar o imbróglio, visto que o CA
478 precisaria aprovar a ata com ou sem ressalva, o que resultaria em uma proposta para
479 ser discutida na próxima reunião, um texto ou novos esclarecimentos. O Chefe da
480 PROJUR professor João Irineu de Resende Miranda simplificou, havendo concordância da
481 plenária, nesse assunto específico a SEGECON faria a transcrição *ipsis verbis*. Por sua vez,
482 o Conselheiro Antonio José Camargo propôs conjuntamente a leitura do excerto onde o
483 conselheiro acharia que teria sido mal interpretado, para que fosse apontado e
484 executasse as ressalvas; solicitou aparte o Chefe da PROJUR que em virtude do Princípio
485 da Veracidade e da ressalva, sugeriu que se a SEGECON tiver condições que as falas do
486 Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis fossem transcritas literalmente para a próxima
487 reunião, em caso negativo, a aprovação seria suspensa até sua transcrição. A Secretária
488 da SEGECON Eliane Maria Fidelis comentou que *ipsis verbis* talvez a interpretação
489 pudesse ficar mais difícil. O Senhor Presidente analisou que a colocação de uma
490 transcrição literal seria inviável do ponto de vista estrutural, repassando que a ressalva
491 poderia ser encaminhada à SEGECON para a próxima pauta até o dia dois de junho;
492 em atendimento a uma contestação do Conselheiro Vicente Paulo Hajaki Ribas de que
493 a Ata não contemplaria somente um assunto, colocou em votação a Ata sob número
494 04/2017 com as ressalvas que seriam colocadas e votadas posteriormente, a qual foi
495 aprovada por unanimidade. Esgotada a pauta e dada sequência a reunião, passou-se
496 às inclusões de matérias, havendo manifestação para inserções de processos,
497 primeiramente pelo Conselheiro Vicente Paulo Hajaki Ribas sob o número 02.293/2017
498 do professor Igor Sporch da Costa solicitando prorrogação do afastamento integral para
499 conclusão do Doutorado, junto a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, no

500 período de primeiro de maio a trinta e um de outubro do corrente; pela Conselheira
501 Fabiana Postiglione Mansani do *Processo nº 02.093/2017* de solicitação de afastamento
502 integral da professora Jane Manfron Budel, para realizar estágio de pós-doutorado nos
503 Estados Unidos da América, no período de primeiro de julho do ano atual a trinta de
504 junho de dois mil e dezoito e, inclusão do *Processo nº 09.325/2017* pela Conselheira
505 Valquiria Nanuncio Chochel solicitando a designação de Comissão de Segurança Interna.
506 Inclusões aceitas e dado início aos relatos, o Conselheiro Vicente Paulo Hajaki Ribas
507 detalhou que o requerente estaria cursando doutorado na UERJ em regime de cotutela
508 com a Université Paris I Panthéon-Sorbonne e que após o depósito da tese no mês de
509 janeiro passado, com a UERJ paralisada e em situação orçamentária precária, a banca
510 inicialmente marcada para o mês de maio teria sido remarcada para o mês de outubro
511 para que os orientadores franceses pudessem comparecer; relatou ser o protocolado
512 tempestivo, com tramitação nas instâncias cabíveis, inclusive na PROJUR com parecer
513 positivo e verificação do mérito do enquadramento na excepcionalidade, justificando
514 que o docente estaria preparando a tradução para o francês. Em discussão, o
515 Conselheiro Ariangelo Hauer Dias notou que o pedido seria baseado na nova data para
516 a defesa, sendo que já houve o depósito da tese em janeiro e que desta forma pareceria
517 confusa uma liberação total, uma vez que após o depósito não haveria mais ajustes;
518 disse que o lógico seria uma prorrogação devido ao prazo de defesa; aparte o
519 Conselheiro Jeverson Machado do Nascimento acrescentou que em conversa com o
520 docente, esse informou que a defesa se daria em dois idiomas, talvez o depósito feito em
521 português e haja uma tradução; o Conselheiro retomando a palavra entende a
522 argumentação posta, no entanto, a preocupação seria quanto a uma decisão do
523 Conselho passível de questionamentos e de jurisprudência, sendo razoável uma
524 postergação desta defesa e o retorno às atividades docentes. O Conselheiro Vicente

525 Paulo Hajaki Ribas argumentou que o professor continuaria envolvido com a tese,
526 concordando com as colocações postas, contudo não houve a defesa por motivos alheios
527 a vontade e sem a prorrogação um período ficaria a descoberto; apontou que a UERJ
528 viveria uma situação delicada, paralisada e resolvendo os problemas com os meios
529 possíveis; ratificou a proposta de prorrogação, respeitado o posicionamento contrário e
530 evidenciando que não seria jurisprudência, tendo em vista o tratamento isolado de cada
531 caso. A Conselheira Maria Salete Marcon Gomes Vaz sugeriu que fosse prorrogado todo
532 o prazo e não somente a defesa. Às doze horas o Senhor Presidente suspendeu a
533 presente reunião, informando que o retorno se daria às quatorze horas. Retomando os
534 trabalhos no horário previsto, a Presidência resgatando o assunto, cedeu a palavra ao
535 Conselheiro Vicente Paulo Hajaki Ribas que procedeu breve relato da matéria,
536 anunciando que a solicitação estaria respaldada no Art. 13, parágrafo primeiro do
537 Regulamento de Capacitação Docente da UEPG, estabelecendo que “*Os prazos de*
538 *afastamento em tempo integral poderão ser excepcionalmente prorrogados por tempo*
539 *não superior a 06 (seis) meses havendo motivo justificado, a juízo do CA, requerida a*
540 *prorrogação com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término do*
541 *afastamento*”, que por motivo justificado entender-se-ia pela marcação da defesa no
542 mês de outubro. Após reflexão, o Conselheiro Ariangelo Hauer Dias retirou sua proposta,
543 acatando a solicitação do requerente. Algumas manifestações relativas a trâmite foram
544 sanadas e havendo questionamento sobre a documentação de depósito da tese, o
545 Conselheiro Vicente Paulo Hajaki Ribas evidenciou que o professor Igor Sporch da Costa
546 fotografou a entrega pela falta do recibo, como constaria nos autos. Devido a isto, o
547 Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior ponderando que o protocolado suscitaria
548 muitas dúvidas pelo não conhecimento antecipado da matéria e não estando à
549 vontade, solicitou a retirada de pauta. A Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves

550 de Sá Quimelli informou que o docente deveria retornar as atividades. Visando
551 contribuir, o Conselheiro Vicente Paulo Hajaki Ribas procedeu leitura do parecer da
552 PROJUR, destacando o caráter da excepcionalidade devido a situação da UERJ e a
553 realização da defesa com a coautoria da equipe francesa, onde os problemas judiciais
554 vivenciados por aquela, atrasam e postergam a defesa da tese; esclareceu que atribuir
555 aulas ao docente agora seria uma situação fática, preocupando uma postergação da
556 apreciação devido a lacuna na política docente quanto aos prazos e comprometendo a
557 situação do docente. O Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha perguntou como
558 estaria o *status* do professor na UERJ e se teria cumprido toda a carga horária. O
559 Conselheiro Vicente Paulo Hajaki Ribas explanou que o professor justificaria a
560 impossibilidade de anexar documentos comprobatórios, em razão dos problemas
561 enfrentados pelo Estado do Rio de Janeiro e consequente paralisação das atividades
562 acadêmicas e, que na oportunidade acrescentou a fotografia do depósito e uma
563 declaração da orientadora brasileira referenciando o depósito. A Presidência analisou
564 em minúcias a possibilidade de retirada de pauta e a sequência dos procedimentos. O
565 Conselheiro Adilson Luiz Chinelatto solicitou a palavra apresentando que o doutorado
566 findaria com a defesa, amparado por legislação interna, inclusive no tocante a
567 prorrogação de afastamento; supôs que o CA deveria endossar a decisão departamental
568 apresentada; aparte a Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli
569 presumiu que se o docente não houvesse depositado a tese seria uma situação, contudo
570 seria necessário analisar a situação da UERJ, pondo que se aprovada a prorrogação
571 ainda assim não houver a defesa até outubro; o Conselheiro retomando a palavra,
572 concluiu que o docente poderia usufruir do tempo para escrever seus artigos e até dar
573 continuidade nos trabalhos, considerando não ser uma decisão fácil, porém o
574 departamento concedeu. Na continuidade, a Conselheira Osnara Maria Mongruel

575 Gomes julgou que o óbice estaria na cotutela, com os custos da vinda dos orientadores
576 da França e que não caberia ao plenário arbitrar as ações desenvolvidas no período;
577 comentou que após a prorrogação, neste caso específico na UERJ, não havendo a defesa,
578 o docente deverá retornar as atividades e o CA novamente deliberar para postergação,
579 resultando em caso excepcional e totalmente diferente do outro caso de mesmo setor,
580 onde o docente defendeu a tese e não retornou as atividades. Na sequência, os
581 Conselheiros Robson Laverdi, Fabiana Postiglione Mansani e Vicente Paulo Hajaki Ribas
582 concordaram com o que fora dito, expondo que na solicitação em tela não haveria
583 agravante ou descumprimento de norma interna. Matéria suficientemente esclarecida,
584 proposta de retirada de pauta suprimida, a Presidência encaminhou o assunto para
585 votação, solicitando aos Conselheiros que concordariam com o Conselheiro relator,
586 permanecessem como estavam e aqueles contrários, se manifestassem erguendo a mão,
587 resultando em aprovação por maioria, com declaração de voto dos Conselheiros Miguel
588 Archanjo de Freitas Júnior e Amaury dos Martyres, devido decisões anteriormente
589 tomadas se pôs contrário ao exposto e, pela escassez de determinadas provas materiais,
590 respectivamente; a Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli foi
591 contrária devido ao fato do docente ter concluído e depositado a tese. Assumiu a
592 palavra a Conselheira Fabiana Postiglione Mansani para relato do *Processo nº*
593 *02.093/2017* de solicitação de afastamento integral da professora Jane Manfron Budel
594 citando que estaria com a documentação completa e a tramitação necessária, no
595 entanto o processo teria sido recebido na SEGECON após o fechamento da pauta;
596 solicitou aprovação em virtude de efetivação do visto. Colocado em votação, obteve
597 aprovação unânime dos presentes. Próximo item a ser relatado, assumiu a palavra a
598 Conselheira Valquiria Nanuncio Chochel discorrendo sobre a constituição de uma
599 Comissão de Segurança Interna, com vistas a avaliar a questão da segurança interna do

600 *Campus*, composta por membros da comunidade universitária. Na sequência, o
601 Conselheiro Antônio Marcos Maia complementou que a proposta também seria no
602 sentido de trabalhar com parcerias externas, citando a recuperação do asfalto com
603 recapagem para a segurança no trânsito, integrar a comunidade externa e
604 equipamento para manutenção da iluminação. A Conselheira Fabiana Postiglione
605 Mansani aproveitando a temática externou que o Setor de Ciências Biológicas e da
606 Saúde - SEBISA passou por uma semana desagradável com vários episódios, incluindo
607 falta de água e luz, assaltos a mão armada ferindo acadêmico de Educação Física e
608 vitimando acadêmico de pós-graduação, bem como equipamentos danificados devido
609 a picos de energia; expressou que na sexta-feira passada o sentimento seria de medo,
610 visto que o Bloco M se esvaziou, desta maneira opinando que a proposta seria uma
611 tentativa de recuperar a segurança, de modo conjunto Comissão e Reitoria, com
612 *feedback* das ações, minimizando o trauma dos acontecimentos da semana passada;
613 julgou importante a união de esforços para recuperação do sentimento que se abateu
614 sobre a UEPG. O Conselheiro Robson Laverdi enfatizou que a proposta seria coerente
615 porque de alguma maneira perceber-se-ia que de um lado haveria uma situação de
616 insegurança com o cenário dos problemas enfrentados e do outro lado, ações da
617 Administração relativas ao tema; como representação docente afirmou que teria
618 relação com o sucateamento da Universidade e não apenas ao desejo de oferecer, do
619 ponto de vista institucional, segurança; reiterou a importância da Comissão para que a
620 comunidade universitária conheça as propostas e medidas a serem adotadas, opinando
621 que a constituição deveria ser ampla e plural; partilhou que recebeu proposições e
622 considerações dos docentes, no sentido de reavivar a vida no Campus, atraindo a
623 comunidade externa para dentro da Universidade, em uma sistemática de interação de
624 forma protetiva e que a Comissão poderia delinear e oferecer uma leitura a partir da

625 vivência neste espaço. O Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis endossou uma proposta
626 plural, representativa em todos os segmentos; questionou quanto aos furtos havidos no
627 Restaurante Universitário - RU do Colégio Agrícola Estadual Augusto Ribas - CAAR e na
628 Fazenda Escola "Capão da Onça" - FESCON. Na continuidade, a Conselheira Maria
629 Lúcia Cazarin Beserra Madruga se manifestou expondo que a triste situação que atingiu
630 a UEPG, atingiria todo o país; citou o Fórum 'UEPG + Segura', destacando os
631 procedimentos de segurança que deveriam ser tomados por todas as pessoas, proferido
632 pelo Comandante da Polícia Militar – PM, sugerindo que a PM ou outras instituições
633 externas a visão da UEPG compusessem a Comissão; observou que a proposta seria de
634 toda uma comunidade inserida na Instituição, não deste ou daquele grupo, notando
635 que as pessoas que entrariam para assaltar não estariam interessadas nos fóruns ou nas
636 colocações científicas, pouco importando, mas sim para pegar os pertences e até tirar a
637 vida de alguém, porque veria tudo isso aqui de um modo diferente, isto é, a
638 comunidade universitária teria mais do que ele; refletiu que a UEPG precisaria da
639 polícia, precisaria fechar e monitorar alguns locais, trabalhando com a comunidade
640 adjacente; findou comentando que a UEPG precisaria se unir para decisões enquanto
641 Instituição. O Conselheiro Adilson Luiz Chinelatto partilhou que na reunião setorial a
642 questão da segurança fora abordada, com o levantamento de alguns pontos como o
643 desmonte da Universidade pela falta de investimentos (sem pintura, asfalto
644 esburacado), parecendo realmente abandonada, onde poderia se usar toda essa
645 situação para angariar recursos para a infraestrutura, outro ponto seria projetos de
646 eficiência energética para troca de lâmpadas e trabalhar o entorno da UEPG, que seria
647 um bairro carente de interação, onde caberia um mini projeto Rondon, de modo a
648 aplicar os projetos de extensão focados nesta comunidade; narrou outra questão
649 levantada pelo colegiado setorial relativo a entrada de pessoas pelos buracos das cercas,

650 precisando de mais atenção e fixando entradas com identificação, concluindo que estas
651 seriam as sugestões levantadas. Por sua vez, a Conselheira Marilisa do Rocio Oliveira
652 parabenizou a iniciativa da Comissão, comentando que nas referências ao *Campus*
653 daria a impressão da existência somente de Uvaranas, mas no Centro também haveria
654 convivência desta situação; opinou que a constituição de uma comissão para discutir
655 segurança iria além deste tema, visto que no dia a dia seria discutir um conjunto de
656 várias situações, além do cuidado com a Instituição; relatou que o cuidado começaria
657 em cada sala de aula, no cuidado com o material, nas pequenas atitudes, presumindo
658 que estaria faltando humanização; narrou que a atual circunstância não seria pela
659 culpabilidade e sim, de solidariedade e de união, exemplificado pelos acontecimentos e
660 mobilizações em outros países; justificou que para os projetos de extensão estariam
661 faltando outros projetos e professores comprometidos que pudessem incentivar seus
662 alunos, mencionando que o Projeto Rondon poderia ser aplicado desde que houvesse
663 mais docentes dispostos; resgatou que o Centro também demandaria atenção, visto que
664 alguns acessos não precisariam estar abertos o tempo todo, citando como exemplo que
665 nos finais de semana haveria festa no prédio do Diretório Central de Estudantes - DCE e
666 que pessoas estariam entrando no Bloco A, provavelmente buscando o sanitário;
667 finalizou se colocando a disposição para contribuições. Na continuidade, o Conselheiro
668 Luis Fernando Cerri expressou que a discussão seria no sentido de consolidar a Comissão,
669 não havendo prejuízo na ampliação para participação da comunidade, no trabalho
670 consultivo a Administração e de reivindicação nas questões de segurança; descreveu que
671 estaria na Central de Salas de Aula - CSA, no momento do ocorrido com o acadêmico
672 de pós-graduação e que após não houve condições para continuação das aulas, quando
673 os acadêmicos se reuniram em assembleia; propôs que um membro discente na
674 Comissão fosse de um curso noturno e com aulas na CSA, configurado como ponto crítico

675 e onde os acadêmicos requerem mais controle nos acessos, com restrição e vigilância na
676 circulação a noite. A Presidência retomando a palavra declarou consenso na instituição
677 de uma comissão emergencial, em função dos casos ocorridos, evidenciando que ações
678 emergenciais já estariam ocorrendo e que objetivaram no Fórum 'UEPG + Segura', com
679 a apresentação do projeto de Revitalização da Infraestrutura, onde dentro deste
680 contexto, a Reitoria fora convidada para caminhar depois do horário das aulas noturnas
681 e com isso, a rota segura foi aperfeiçoada; citou que o policiamento permanente
682 ocorreria em rotas incluindo outras instituições educacionais, e no momento teria uma
683 exclusiva para a UEPG; informou que haveria uma empresa terceirizada trocando
684 lâmpadas e reatores; especificou que estaria em andamento solicitação de recursos
685 financeiros, resumindo que as ações emergências encaminhadas em virtude do fórum ou
686 de entendimento dos gestores foram executadas; evidenciou que a característica
687 complementar da Comissão seria de ouvir as necessidades das pessoas nos blocos;
688 orientou o debate no sentido de operacionalizar a constituição e se seria uma comissão
689 central com comissões setORIZADAS ou permanente; validou a proposição por variadas
690 razões, inclusive já expostas, onde algumas incoerências poderiam ser tratadas sem levar
691 em consideração o caráter individual. Assumiu a palavra o Conselheiro Ariangelo Hauer
692 Dias respondendo algumas colocações no quesito de eficiência energética, observando
693 que a UEPG atenderia o mínimo da norma, tendo sido apresentado no Fórum; relatou
694 que os acadêmicos teriam outra visão da situação, citando que haveria informações de
695 quando a polícia não estaria circulando ou pessoas desprecaídas, indo além da
696 conscientização ou do cuidado ao sair; afirmou que a tragédia havida mostrou a
697 mobilização enorme que a UEPG teve no pronto atendimento, reconhecendo que todas
698 as medidas cabíveis foram feitas; manifestou que o comportamento de um jovem que
699 estaria dentro do *Campus* para assaltar não se resolveria numa ação do Projeto Rondon,

700 pois envolveriam ações de outros poderes além da Universidade, considerando a
701 complexidade e o trabalho executado pela polícia, autoridades e internamente, em
702 virtude de uma conscientização maior; refletiu a respeito de um cartaz que circulou nas
703 redes sociais, com insinuações com a imagem do Magnífico Reitor, infelizmente, torcendo
704 para que as coisas desandem, sem considerar que o episódio vitimou um ser humano,
705 com família no exterior, erroneamente tripudiando sobre um sentimento coletivo;
706 asseverou que a comissão teria que ser apartidária, visando melhorar as condições da
707 Universidade, conseqüentemente preocupando-se com o entorno que sairia ganhando;
708 apoiou ter membro que represente a CSA, ponto nevrálgico com dificuldade nos acessos,
709 lugar onde a Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN já havia pedido para diminuir
710 alguns acessos, no entanto o Corpo de Bombeiros impõem que continue aberto,
711 refletindo que a Comissão poderia levar para aquele órgão, para a Prefeitura Municipal
712 entre outros esta preocupação; opinou que a Comissão Interna de Segurança fosse
713 criada de forma permanente. O Conselheiro Antônio Marcos Maia corroborou com o
714 concerto das cercas, citando que a população adjacente deveria ser conscientizada de
715 alguma forma, pois alguns pontos críticos seriam arrumados e no dia seguinte, até o
716 cimento do muro foi arrancado; informou que alguns pontos poderiam ser mais
717 iluminados. O Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Júnior declarou ser importante a
718 preocupação dos proponentes e que iria ao encontro da realização do Fórum,
719 demonstrando que poderia ser o ponto de partida dos trabalhos; sugeriu que a
720 Prefeitura do *Campus* Universitário - PRECAM, a Pró-Reitoria de Assuntos
721 Administrativos - PROAD e a PROPLAN poderiam mostrar o que estaria sendo
722 executado, bem como outros órgãos públicos; supôs que via direção de Setor poderiam
723 ser indicados tanto os acadêmicos como representantes, e que estes fossem os
724 multiplicadores das informações; citou que na área da Educação Física haveria projetos

725 para atender a comunidade com atividades dentro da UEPG, refletindo que o
726 acadêmico baleado havia saído de uma aula de natação e que estaria no ponto de
727 ônibus; disse que os projetos existem, afirmando que algumas situações poderiam ser
728 melhoradas, o que foi objetivo do Fórum; rememorou quando o Comandante da PM
729 explanou sobre o triângulo do crime - o bandido, a vítima e a oportunidade - sendo
730 nesta última que a comunidade universitária deveria se debruçar no sentido de diminuir;
731 resumiu que de um fato negativo, a Instituição se uniu, todavia os mesmos que
732 sugeririam mais projetos de extensão ou mais interação com a comunidade vizinha não
733 se disponham a fazer este tipo de atividade, quiça analisando a situação como algo
734 grave, as pessoas possam efetivamente sair do discurso e por em prática, colaborando
735 com a situação. A Conselheira Fabiana Postiglione Mansani complementou a fala
736 anterior, expondo que na última quinta-feira a empresa terceirizada esteve trocando
737 lâmpadas no Bloco M, no entanto na sexta-feira algumas já haviam queimado,
738 inquirindo sobre o acompanhamento deste trabalho; relatou que as portas do bloco,
739 quando não teria aula, ficariam fechadas após às dezenove horas; manifestou ser
740 partidária de projeto de extensão como formação e complementação da sociedade,
741 indagando se aquele que assaltaria, participaria dos projetos ou obedeceria as entradas
742 formais; expôs que no projeto de revitalização não observou melhorias na rua atrás do
743 Bloco M; aparte o Conselheiro Ariangelo Hauer Dias corrigiu que a proposta
744 apresentada no Fórum teria sido adequada em virtude da caminhada noturna e que
745 alguns pontos específicos estariam contemplados na versão final do projeto; aparte
746 também o Conselheiro Antônio Marcos Maia justificou que acompanhou pessoal o
747 trabalho da empresa terceirizada, informando que o material comprado seria de baixa
748 qualidade; retomando a palavra a Conselheira ainda expôs que algumas câmeras de
749 vigilância não estariam funcionando; em relação ao pronto atendimento do Hospital

750 Universitário - HU, citou que a equipe seria composta por muitos docentes em um
751 atendimento de excelência; referiu-se a Comissão como meio para contribuir para uma
752 política de segurança interna; propôs para a composição usuários de todos os blocos, e
753 que a partir das ações emergenciais tomadas pela Reitoria, se possa devolver para a
754 comunidade como uma política. Seguidamente, o Administrador da PRECAM professor
755 Ítalo Sérgio Grande lamentou os acontecimentos ocorridos e que a formação desta
756 Comissão seria importante, com a representação de todos os lugares; informou que as
757 ações desenvolvidas levariam algum tempo, mas que a comunidade universitária
758 precisaria se conscientizar quanto às abordagens e comportamentos com medidas
759 preventivas, citadas nos cartazes distribuídos e afixados em toda a UEPG; disse que tais
760 dicas de segurança pessoal não estariam sendo cumpridas, exemplificando com o assalto
761 aos acadêmicos de Educação Física, fato este, não comunicado a vigilância para as
762 devidas providências; solicitou o repasse a todos para que possam ter algum
763 comportamento de maior proteção, uma vez que o momento seria grave a nível
764 nacional; comentou que a sucessão de ocorrências envolvendo o Bloco M teria sido uma
765 triste coincidência. A Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli sugeriu
766 a partir da experiência que a Comissão deveria ser exequível e que a proposição estaria
767 um pouco extensa, o que possibilitaria somente espaço de discussão, sendo que a UEPG
768 precisaria de uma comissão que trouxesse alguns apontamentos para operacionalizar as
769 ações de curto, médio e longo prazo, de acordo com o serviço público; partilhou que
770 inicialmente poderiam ser duas comissões representativas - Uvaranas e Centro,
771 compostas pelo Diretor de Segurança e Apoio da PRECAM, um (1) agente universitário
772 de cada Setor de Conhecimento, um (1) discente de curso matutino e outro de curso
773 noturno, julgando interessante um (1) representante de cada pró-reitoria acadêmica
774 para aprimorar as soluções acerca do entorno; reiterou que uma comissão inchada

775 poderia não ser objetiva e desta forma proposta, cada uma trabalharia em sua
776 realidade específica e com resultados mais efetivos. O Senhor Presidente solicitou a
777 Conselheira Valquiria Nanuncio Chochel a verificação da possibilidade de acatamento
778 das sugestões e o estabelecimento de como os representantes seriam indicados. A
779 Conselheira mencionada ponderou que uma comissão grande seria adequada por ter
780 mais representatividade, no entanto poderia ficar no falatório e não atingiria o objetivo;
781 completou que a intenção da proposição não era questionar a posição da Reitoria ou
782 dos gestores, mas sim preparar as pessoas para serem multiplicadores em seus locais de
783 trabalho, visto que muitos não se informariam das ações executadas e ainda,
784 reclamariam afirmando que a reitoria não estaria fazendo nada, o que julgou como
785 não sendo a realidade; opinou que com uma constituição geral poderia vencer essa
786 barreira, dando para enxugar, por exemplo, caso não pudesse o diretor de setor que
787 este indicasse o diretor adjunto ou um representante para participar efetivamente. O
788 Conselheiro Vicente Paulo Hajaki Ribas alertou que regimentalmente a Comissão não
789 poderia ser constituída pelo CA e que a estruturação deveria partir como sugestão a
790 Reitoria, tendo flexibilidade na escolha; informou que o debate seria válido, mas como
791 proposição da Conselheira diretamente a Reitoria, ouvido o Conselho, não cabendo a
792 este sua aprovação. Ponderação acatada, a Presidência encaminhou para finalização
793 da constituição da Comissão Interna de Segurança da UEPG, onde após os devidos
794 esclarecimentos seria constituída através de Portaria da Reitoria, com os seguintes
795 membros: o Diretor de Segurança e Apoio da PRECAM, um (1) agente universitário de
796 cada Setor de Conhecimento e seu Diretor ou representante, dois (2) discentes indicados
797 pelo movimento estudantil via PROGRAD, um (1) representante de cada pró-reitoria
798 acadêmica, um (1) discente de pós-graduação e um (1) representante da Biblioteca
799 Central "Professor Faris Michael" - BICEN; lembrou que a composição era equivalente

800 para o *Campus* de Uvaranas e *Campus* Central e que no decorrer poderiam ser
801 acrescidos outros órgãos; limitou a indicação dos nomes para o próximo dia cinco de
802 junho do corrente, através de ofício à Reitoria; posto em votação foi declarado
803 aprovado por unanimidade. Dada sequência aos tópicos da reunião, com espaço à
804 palavra livre pela Presidência. Primeiro a se manifestar, o Conselheiro Robson Laverdi
805 que solicitou esclarecimentos quanto ao protocolado pela Secretaria de Estado da
806 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI relativo a mudanças na carreira docente e
807 se haveria possibilidade de acesso ao documento. O Senhor Presidente destacou que a
808 SETI protocolou uma proposta para alteração em alguns artigos da lei que trata sobre a
809 carreira docente e que estaria tramitando na Procuradoria Geral do Estado do Paraná
810 - PGE; informou que não recebera cópia, mas que houve a cobrança para divulgação,
811 de qualquer modo, como sendo um documento público, qualquer pessoa, poderia
812 solicitar cópia integral do processo de acordo com a Lei de Acesso à Informação. Na
813 sequência, a Conselheira Fabiana Postiglione Mansani questionou sobre o andamento
814 do protocolado do concurso público, relativo às vagas do SEBISA e sobre a apresentação
815 de relatório final do projeto de extensão Cadastramento da Rede Elétrica do *Campus* de
816 Uvaranas, publicado no último dia dezanove na página institucional, se caberia alguma
817 informação para a Comissão Interna de Segurança. A Presidência elucidou,
818 primeiramente, que o concurso público relacionado ao SEBISA teria sido realizado após
819 os demais Setores da UEPG e que também houve problema relativo a reserva de vaga
820 para cotista negro em uma das disciplinas, portanto o resultado final não teria sido
821 homologado para a devida convocação, como já ocorreu com o Edital CCCPPD nº
822 01/2016; quanto ao projeto de extensão citou que houve apresentação a Reitoria,
823 considerando que o projeto seria voltado à atenção da rede elétrica do *Campus* de
824 Uvaranas e que ofereceria informações atualizadas e precisas que poderiam contribuir

825 para planejar a alocação de objetos elétricos ou de necessidades da engenharia civil,
826 como identificação de locais onde construir e para a PRECAM facilitaria, entre outros, o
827 monitoramento da rede de iluminação, oferecendo como produto uma planilha de
828 gerenciamento de iluminação e de rede elétrica, além de mapa com rede elétrica
829 cadastrada e identificada no padrão Copel. O Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis
830 parabenizou a Pró-Reitoria de Recursos Humanos - PRORH pela participação em
831 assembleia para esclarecimentos a respeito do sistema Meta 4, a qual foi transmitida e
832 estaria disponível em plataforma de distribuição de vídeos; manifestou prévio
833 entendimento com a pró-reitora de recursos humanos para relato sobre concurso
834 público para agente universitário; resumiu que após expor adversidade na participação
835 das reuniões da Comissão Própria de Avaliação - CPA, esta teria sido solucionada e seu
836 acesso permitido, citando o debate acerca da segurança induzido pela proposta da
837 Conselheira suplente Valquiria Nanuncio Chochele; reiterou conhecimento das ações
838 executadas sobre o questionamento anterior quanto aos furtos havidos no RU do CAAR
839 e na FESCON. Prontamente, o Conselheiro Amaury dos Martyres relatou que o incidente
840 no RU teria sido uma tentativa, por menores de idade, de furto a máquina de
841 refrigerante, onde um dos meliantes teria se cortado na janela e deixaram o local, sendo
842 apreendidos por outra abordagem, no entanto não houve boletim de ocorrência - BO
843 por parte da Universidade, enquanto na FESCON houve roubo de defensivos agrícolas,
844 o alarme não funcionou e neste caso houve BO, informando que iria ser averiguado
845 através de abertura de sindicância administrativa. O Administrador da PRECAM
846 professor Ítalo Sérgio Grande comunicou que semana passada, na mesma noite do
847 ocorrido com o acadêmico de pós-graduação, houve uma tentativa de roubo de
848 carneiros, suprimido pelo funcionamento do alarme. A Conselheira Silviane Buss Tupich
849 indicou que a UEPG estaria aguardando a nomeação de setenta e nove (79) agentes

850 universitários, destes alguns conseguiram a nomeação via judicial como alguns docentes
851 já o fizeram; ressaltou que destas vagas não haveria nomeações para a função de
852 agente de segurança interna e sobre esta preocupação, a Universidade teria
853 protocolado pedido para autorização de teste seletivo com recursos oriundos da SETI;
854 acerca do concurso público ratificou que o processo estaria para instrução e trâmite
855 junto ao Governo Estadual; citou que a Coordenadoria de Processos de Seleção - CPS
856 havia sugerido que a realização do concurso se desse através de outra universidade,
857 haja vista as vagas de nível superior para as quais alguns servidores mostraram interesse;
858 solicitou cautela quanto ao aumento considerável das horas extras pagas, apontando o
859 impacto na folha de pagamento e que haveria solicitação detalhada as chefias
860 universitárias dos servidores autorizados para efetuar horas extras; se dispôs a informar
861 mês a mês este Conselho o que tange o aumento da folha para os devidos ajustes e
862 administração desta e de qualquer outra despesa fora do orçamento previsto. Na
863 continuidade, a Conselheira Maria Lúcia Cazarin Beserra Madruga informou a respeito
864 de ofício enviado aos docentes que compõem a Comissão Consultiva da Biblioteca,
865 solicitando aos diretores de setor apoio quanto a devolutiva das respostas; relatou que
866 os servidores das bibliotecas vivenciam cotidianamente diversas situações relacionadas a
867 segurança e se colocou a disposição para contribuir com ideias junto a Comissão. A
868 Senhora Vice-Reitora Professora Gisele Alves de Sá Quimelli solicitou aos conselheiros
869 que para inserção de processos na pauta, cheguem adiantado para fins de
870 digitalização da matéria; notificou o Conselho a respeito da caminhada noturna da
871 última quinta-feira, juntamente ao Magnífico Reitor e três (3) acadêmicos, averiguando
872 as rotas utilizadas por estes, onde os caminhos alternativos precisariam de atenção
873 quanto à iluminação, resumindo que ao trafegar pelas vias iluminadas existiria
874 iluminação, no entanto a rota que estaria no projeto da PROPLAN seria a mais

875 utilizada, tanto que o acadêmico baleado teria saído do projeto de extensão da
876 natação e estaria no ponto de ônibus. A Presidência sobre a temática informou que o
877 vídeo transmitido pelos meios de comunicação, onde estariam os marginais circulando e
878 logo após correndo não teria sido fornecido pela UEPG que o forneceu a polícia, visto
879 que a Universidade não poderia fornecer imagens de câmeras de segurança a órgãos de
880 imprensa, embora fosse um lugar iluminado e de muita atividade, o fato ocorreu; se
881 reportou a rota segura como sendo outros locais onde os acadêmicos frequentariam,
882 inclusive atravessando o campo de futebol do CAAR; repassou o último boletim médico
883 do acadêmico Eric Dario Acunã Navarro que estaria se recuperando rapidamente, com
884 previsão de alta na próxima quarta-feira; informou também que a família estaria
885 recebendo todo apoio necessário; salientou que a Reitoria estaria adotando as medidas
886 cabíveis, dependendo de algumas ações externas, como policiamento mais efetivo e de
887 recursos financeiros necessários que em função da pressão excessiva e da repercussão do
888 caso, com apresentação de projeto para liberação da SETI, além das ações emergenciais
889 para prover o *Campus* com medidas necessárias; refletiu que o país passaria por uma
890 quebra nas questões morais e com a responsabilidade que a comunidade universitária
891 apresentaria como promotora de mudanças sociais, acreditando que a constituição de
892 um grupo poderia, sem dúvida, provocar um sentimento de responsabilidade quanto as
893 soluções que precisam ser dadas para as mazelas que afligem toda a população;
894 abordou outra questão recorrente nos *Campi* o fato do consumo de drogas, podendo ser
895 relacionado as ocorrências e que a Comissão e todos os servidores deveriam enfrentar ou
896 pelo menos discutir para resolver a questão, que não seria exclusiva, mas em função
897 dessas ocorrências e, talvez até do agravamento da crise moral pela qual passaria o país,
898 chegou a hora também de discutir essas questões. Não havendo nada mais a tratar, às
899 dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, a Presidência agradeceu a presença de

900 todos e declarou encerrada esta reunião, da qual, eu, Eliane Maria Fidelis, Secretária dos
901 Conselhos Superiores, lavrei a presente ATA, que depois de aprovada será assinada pelos
902 presentes. Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores, *Campus Uvaranas* da
903 Universidade Estadual de Ponta Grossa, vinte e nove de maio de dois mil e dezessete.

904 **ATA Nº 7/2017**

905 Carlos Luciano Sant'Ana Vargas _____

906 Gisele Alves de Sá Quimelli _____

907 Adilson Luiz Chinelatto (suplente) _____

908 Amaury dos Martyres _____

909 Antonio José Camargo (suplente) _____

910 Antônio Marcos Maia _____

911 Ariangelo Hauer Dias _____

912 Emerson Martins Hilgemberg _____

913 Fabiana Postiglione Mansani _____

914 Luis Fernando Cerri _____

915 Luiz Alexandre Gonçalves Cunha _____

916 Marcos Vinicius Fidelis _____

917 Maria Lúcia Cazarin Beserra Madruga _____

918 Maria Salete Marcon Gomes Vaz _____

919 Marilisa do Rocio Oliveira _____

920	Miguel Archanjo de Freitas Júnior	_____
921	Osnara Maria Mongruel Gomes	_____
922	Robson Laverdi	_____
923	Silviane Buss Tupich	_____
924	Ulisses Coelho	_____
925	Vicente Paulo Hajaki Ribas	_____
926	Presentes:	
927	Dierone César Foltran Júnior	_____
928	Ítalo Sérgio Grande	_____
929	Joani Alves Ferreira	_____
930	João Irineu de Resende Miranda	_____
931	Neomil Macedo	_____
932	Eliane Maria Fidelis - Secretária	_____